



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Blumenau
1ª Vara da Fazenda Acidentes do Trab e Reg Público

Autos nº 0308785-15.2017.8.24.0008

Ação: Mandado de Segurança/PROC

Impetrante: Jr Construcoes e Terraplenagem Ltda

Impetrado: Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Administração do Município de Blumenau e Sr. Anderson Rosa

VISTOS PARA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.

Busca o impetrante a edição de provimento judicial, inclusive liminar, visando compelir a autoridade dita coatora a incluir a postulante no rol das empresas habilitadas para participar da fase de abertura de envelopes com propostas de preços do processo licitatório nº 032/16, que tem como principal objetivo a contratação de empresas para execução de obras de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária em três ruas de Blumenau.

Alega, para tanto, que foi inabilitada para participar do certame pelo fato de não ter apresentado atestado de capacidade técnica que comprove "execução de rede de águas pluviais (drenagens) com tubos de concreto D>=40 cm" e "execução de pavimentação com blocos de concreto intertravado (tipo PAVER)", o que considera ilegal em razão do excesso de formalismo exigido no edital.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 17/243.

Vieram-me conclusos.

Decido acerca da liminar.

Nos termos do art. 7º, inc. III, da Lei n. 12.016/09, a concessão de medida liminar em mandado de segurança depende da existência de relevância do fundamento jurídico invocado (*fumus boni juris*) e, ao mesmo tempo, de risco de ineficácia da medida (*periculum in mora*), caso concedida apenas ao final.

Tal é o caso dos autos, vejamos:

Consta no item 4.3.3 do Edital que "A empresa licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados devidamente registrado no CREA/CAU, acompanhado da CAT (Certidão de Acervo Técnico), por execução de obra, demonstrando a capacidade técnica para desempenho de atividade pertinente a compatível com as características semelhantes com o objeto da licitação. Obedecendo às etapas de obra de maior relevância técnica e financeira, conforme descrito: Execução de rede de águas pluviais (drenagem) com tubos de concreto D>=40cm; Execução de Base Estabilizada Granulometricamente; Execução de Pavimentação Asfáltica (C.B.U.Q. Ou C.A.U.Q); e Execução de pavimentação com



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Blumenau
1ª Vara da Fazenda Acidentes do Trab e Reg Público

blocos de concreto intertravado (tipo PAVER)" (fl.21).

Assim, da análise do documento apresentado pelo impetrante, o qual foi indeferido pela impetrada, consta que a impetrante executou obras de pavimentação, em diversas áreas e nas cidades de Criciúma, Tubarão e Içara, incluindo serviços de terraplanagem, bases, drenagens, pavimentação em concreto, e afins, conforme descritos às fls. 117/130. Assim, denota-se que a empresa cumpriu com o estabelecido no edital.

Ressalto que mesmo que as nomenclaturas descritas na certidão de capacidade técnica da empresa não sejam as mesmas estabelecidas no edital, elas precisam suprir a finalidade técnica exigida para a execução da obra, o que ocorre no caso vertente, na medida que o critério estabelecido não desqualifica sua capacidade técnica para contratar com a Administração pública.

Com isso, denota-se o excesso de formalismo da autoridade dita coatora ao proferir o ato de inabilitação da empresa impetrante, pois condiciona a participação da licitante em critério cujo subjetivismo adotado pela Administração não é dos mais razoáveis, ferindo, em última análise, o próprio caráter competitivo do certame.

Como ensina Marçal Justen Filho: "não se pretende negar que a isonomia é valor essencial, norteador da licitação. Mas é necessário, assegurado tratamento isonômico idêntico e equivalente a todos os licitantes, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa. Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o 'princípio da isonomia' imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por tratamento menos severo. Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes" (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. ed., São Paulo: Dialética, 2005. p. 43).

Ademais, "No processo licitatório (Lei n. 8.666/93), o princípio do procedimento formal 'não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes' (Hely Lopes Meirelles)" (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2002.026354-6, de São José. Rel. Des. Newton Trisotto). (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2006.047181-2, de São Lourenço do Oeste, rel. Des. Orli Rodrigues, j. 20-03-2007).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Blumenau
1ª Vara da Fazenda Acidentes do Trab e Reg Público

Aqui reside o *fumus boni juris*.

Quanto ao *periculum in mora*, consiste no fato de que o ente público pode a qualquer momento marcar a data para a abertura dos envelopes.

Ante o exposto, porque presentes os requisitos autorizadores, **DEFIRO** a liminar requerida, determinando que a autoridade coatora suspenda a decisão que inabilitou a impetrante, bem como para que considere as especificações contidas nos documentos de fls. 117/130 como as exigidas no item 4.3.3 do Edital 032/16.

Consigno que esta decisão não impede a autoridade coatora de rever o ato administrativo (Súmula 473 do STF), e habilitar à impetrante no processo licitatório, desde que os demais documentos de habilitação da impetrante atendam às exigências do edital.

Intime-se o polo passivo para o imediato cumprimento da presente decisão. No mesmo ato, notifique-o para que preste informações em 10 (dez) dias.

Citem-se os litisconsortes passivos necessários (fl.15) para, querendo, apresentar resposta no prazo de 10 (dez) dias.

Ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada.

Após, ao Ministério Público.

Intime-se.

Cumpra-se, com urgência, pelo regime de plantão.

Blumenau (SC), 09 de junho de 2017.

João Baptista Vieira Sell
Juiz de Direito